

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I – Estratégia de Abastecimento

O ano de 2012 foi marcado por particularidades na safra de trigo nacional, que enfrentou a realidade de quebra de produção e também aumento expressivo da exportação do trigo colhido no sul do Brasil para mercados pouco representativos até então. Esse fato, aliado ao persistente risco de diminuição dos volumes de importação da Argentina, tradicional grande abastecedor do mercado nacional, trouxe grande inquietação à Indústria Triticícola brasileira. No cenário externo ao MERCOSUL, mesmo das commodities agrícolas sofreram grande pressão de preço, ao precho das tendências de alta durante todo o segundo semestre. A Anaconda, atenta a esse cenário e sustentada por forte capitalização do negócio, permaneceu focada na manutenção do Padrão de Qualidade dos seus produtos, com investimento em estoques capazes de absorver as oscilações na oferta de matéria-prima, evitando, dessa forma, qualquer impacto no utilizador ou consumidor final.

II – Estratégia de P & D e Produção

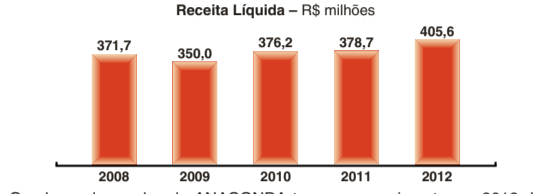
Durante o ano de 2012, como resultado de uma política de permanente investimento em P & D, foram feitos lançamentos de novos produtos, de maior valor agregado, e direcionados às classes A e B. Atentos aos avanços tecnológicos e na busca de ganho em produtividade e melhoria de qualidade a companhia realizou investimento em uma nova unidade de moagem para a unidade de Curitiba, que deverá entrar em operação no início de 2014.

III – Estratégia de Comercialização: Mantivemos atenção aos sinais do nosso mercado consumidor, focando em oportunidades que no médio e longo prazo, permitiriam capturar volumes e margens significativas para continuidade do nosso negócio. A utilização de modernas ferramentas de gestão e investimento em Recursos Humanos assegurou o melhor desempenho na logística de venda e pós-venda que, suportada pelas unidades produtivas e por nossas Centrais de Distribuição no interior do Estado de São Paulo e do Paraná, ampliaram significativamente nossa área de atuação.

IV – Modernização das Ferramentas de Gestão: Consolidada a implantação do novo ERP SAP em 2011, no exercício de 2012 priorizamos sua utilização no desenvolvimento de informações gerenciais para uso da administração, com a implantação do SIGA (Sistema de Informações Gerenciais Anaconda) graças a uma Administração moderna e dinâmica que garantiu a sinergia entre todas essas frentes - Abastecimento, P&D, Produção e Comercialização - e otimizando as Ferramentas de Gestão para monitoramento do negócio tão possível, conforme demonstrado nos quadros que seguem, superar as metas estabelecidas para Margem de Contribuição e Receita Líquida e estabelecer novos desafios para os próximos exercícios.

	2012	2011
Receita Líquida	405.631	378.657
Lucro Líquido	61.688	57.788
Receita Financeira Líquida	(7.076)	(5.707)
Depreciações	6.726	7.074
Imposto de Renda e CSLL	24.924	24.121
Total Ebitda	86.262	83.276
% Ebitda / Receita Líquida	21,3%	22,0%

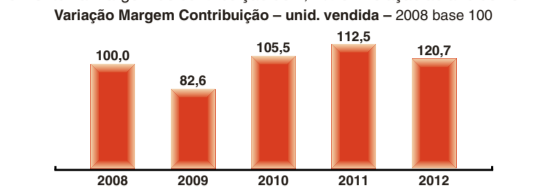
A receita líquida da ANACONDA somou R\$ 405,6 milhões em 2012, um crescimento de 7,1 % em relação ao ano de 2011 (R\$ 378,7 milhões).



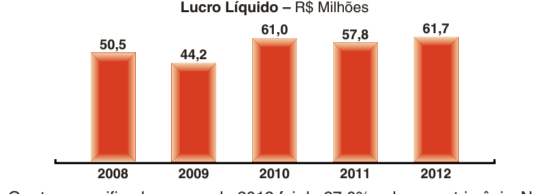
O volume de vendas da ANACONDA teve um crescimento em 2012 de 1,9 % em relação ao ano de 2011.



O crescimento da margem reflete o esforço da administração na estratégia de comercialização, visando captar oportunidades direcionadas aos mercados das classes A e B. Com essa estratégia, verificou-se um crescimento na margem de contribuição de 7,2 % em relação ao ano de 2011.



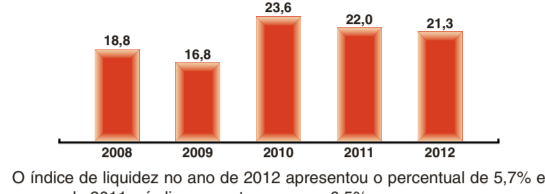
O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$ 61,7 milhões, com margem líquida de 15,2%. No ano de 2011 o lucro líquido foi de R\$ 57,7 milhões, representado assim, um crescimento no lucro líquido do exercício do ano de 2012 em 6,7 %, em comparação com o exercício de 2011.



O retorno verificado no ano de 2012 foi de 27,0% sobre o patrimônio. No mesmo período do ano de 2011 foi de 27,2%.



A geração de valor calculada pelo método EBITDA para o exercício de 2012 foi de 21,3%, ou no ano de 2011 a geração representou 22,0 %.



O índice de liquidez no ano de 2012 apresentou o percentual de 5,7% e no ano de 2011 o índice encontrava-se em 6,5%.



Agradecimento
Agradecemos o apoio e a participação dos Srs. Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e da comunidade financeira nos resultados até então alcançados.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2012	2011
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota7)	72.004	69.597
Contas a receber de clientes (Nota8)	32.986	28.282
Estoques (Nota 9)	75.452	68.726
Impostos a recuperar (Nota 10)	8.991	8.117
Adiantamentos a fornecedores (Nota 11)	7.494	3.180
Demais contas a receber	678	-
Total	197.605	177.902
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.160	1.396
Impostos a recuperar (Nota 10)	1.271	475
Demais contas a receber	216	354
	2.647	2.225
Propriedade para investimento (Nota 12)	5.710	6.001
Imobilizado (Nota 13)	57.452	51.471
Intangível (Nota 14)	1.978	2.570
	65.140	60.042
Total do ativo	265.392	240.169

	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	10.714	7.899
Salários e encargos sociais (Nota 16)	4.795	3.869
Impostos a recolher (Nota 17)	932	1.363
Redução de renda e contribuição social a pagar	13.155	10.398
Dividendos a pagar (Nota 20 (d))	4.233	3.273
Demais contas a pagar	698	727
	34.527	27.529
Não circulante		
Impostos a recolher (Nota 17)	-	112
Provisão para contingências (Nota 19)	2.585	-
	2.585	112
Total do passivo	37.112	27.641
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	46.243	46.243
Reserva legal	10.125	10.125
Reserva de retenção de lucros	171.912	93.248
Lucros acumulados	-	62.912
	228.280	210.528
Total do passivo e patrimônio líquido	265.392	240.169

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50.626	10.125	93.248	50.274	204.273
Redução de capital por cisão conforme processo em 27 de janeiro de 2011 (Nota 20(a))	(4.383)	-	-	-	(4.383)
Dividendos complementares (Nota 20 (d))	-	-	-	(34.150)	(34.150)
Juros sobre o capital próprio (Nota 20 (c))	-	-	-	(11.000)	(11.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	57.788	57.788
Em 31 de dezembro de 2011	46.243	10.125	93.248	62.912	212.528
Dividendos complementares (Nota 20 (d))	-	-	-	(33.460)	(33.460)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	29.452	(29.452)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 20 (c))	-	-	-	(11.224)	(11.224)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.688	61.688
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Dividendos obrigatórios (Nota 20 (d))	-	-	-	(1.232)	(1.232)
Proposição de dividendos a pagar (Nota 20 (d))	-	-	18.767	(18.767)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	30.445	(30.445)	-
Em 31 de dezembro de 2012	46.243	10.125	171.912	-	228.280

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de dezembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus controladores pessoas físicas. A Companhia não tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como grêmios de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos seus produtos que se relacionem com seu objeto social. Seus controladores são pessoas físicas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2013, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3, que correspondem à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. **2.2. Conversão de moeda estrangeira – Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.3. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são contabilizadas separadamente por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo nominalmente com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor dessa saída estimada com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.14. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social é diferido de acordo com a natureza das diferenças temporárias que foram adicionadas ou excluídas do lucro real, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.15. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados em contratos específicos, com o devido apontamento no sindicato da categoria. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. **(a) Venda de produtos:** A Companhia produz e comercializa farinha de trigo, misturas prontas e seus derivados. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto ou sobre o canal e o preço de revenda do produto, e não há nenhuma obrigação não satisfetiva que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para a localidade especificada; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. Os descontos por volume são avaliados com base nas compras anuais previstas. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de 28 dias, não tendo caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Arrendamentos:** A Companhia é arrendatária de imóveis localizados nos estados de São Paulo e Paraná, onde funcionam os centros de distribuição. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática e veículos	5
Móveis e utensílios	25
Beneficiários em terrenos	10
Beneficiários em imóveis de terceiros	De acordo com o período contratado

A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Ativos intangíveis – (a) Programas de computador (softwares):** As licenças de software adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico de aquisição. Posteriormente, as licenças avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocação dos custos da licença durante sua vida útil estimada de 5 anos. Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são contabilizadas separadamente por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo nominalmente com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor dessa saída estimada com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.14. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social é diferido de acordo com a natureza das diferenças temporárias que foram adicionadas ou excluídas do lucro real, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.15. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados em contratos específicos, com o devido apontamento no sindicato da categoria. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. **(a) Venda de produtos:** A Companhia produz e comercializa farinha de trigo, misturas prontas e seus derivados. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto ou sobre o canal e o preço de revenda do produto, e não há nenhuma obrigação não satisfetiva que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para a localidade especificada; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. Os descontos por volume são avaliados com base nas compras anuais previstas. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de 28 dias, não tendo caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Arrendamentos:** A Companhia é arrendatária de imóveis localizados nos estados de São Paulo e Paraná, onde funcionam os centros de distribuição. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Provisão para créditos de realização duvidosa: As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia. **(b) Provisão para contingências:** Como descrito na Nota 21 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais administrativos que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros
4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (risco de moeda) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na impossibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada com o objetivo de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **(a) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa ao custo da pagar de fornecedores estrangeiros decorrentes da compra de trigo no mercado internacional, afetados substancialmente ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Passivo				
Fornecedores – US\$	823	1.684	1.292	2.409

(b) Risco de crédito: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de risco) e a diversificação das vendas (pulverização do associado). A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. **4.2. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estão próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

5. Instrumentos financeiros por categoria
Os ativos financeiros da Companhia, como "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Demais contas a receber" são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia, como "Fornecedores" e "Demais contas a pagar" são todos classificados como outros passivos financeiros.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou perda por recuperabilidade pode ser avaliada mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui três tipos de classificação:

	2012	2011
Clientes risco 1	32.558	27.977
Clientes risco 2	428	305
	32.986	28.282

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados: • Risco 1 – grupo de clientes com probabilidade menor que 50 % de atrasar mais que 90 dias (baixo risco). • Risco 2 – grupo de clientes com probabilidade de cliente de 50% % de atrasar mais que 90 dias (médio risco). As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são 100% transacionadas com instituições financeiras de primeira linha.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	12	48
Bancos contanto movimento	779	330
Aplicações financeiras (i)	7	

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado	Edifícios		Máquinas e equipamentos	Equipam. Informática	Móveis e utensílios		Veículos	Total em operação	Obras em andamento	Imobiliz. total
	Terrenos	caçoes			Veículos	Veículos				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	9.854	10.986	24.423	542	547	719	47.071	4.808	51.879	11.024
Aquisições	-	4.413	101	47	84	369	5.014	6.010	6.010	-
Transferências	2.747	1.215	744	71	28	-	4.805	(4.805)	-	-
Valor residual dos bens baixados	(515)	(103)	(27)	-	(4)	(16)	(665)	-	(665)	-
Baixa por cisão (Nota 20(a))	-	4.383	-	-	-	-	(4.383)	-	(4.383)	-
Depreciação	-	(982)	(4.820)	(176)	(105)	(301)	(6.384)	-	(6.384)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.086	11.146	20.421	484	550	771	45.458	6.013	51.471	-
Custo total	12.086	22.843	73.918	1.926	1.835	1.863	114.021	6.013	120.034	-
Depreciação acumulada	-	(11.697)	(53.497)	(1.442)	(835)	(1.092)	(68.563)	-	(68.563)	-
Valor residual	12.086	11.146	20.421	484	550	771	45.458	6.013	51.471	-
Saldos em 1º de janeiro de 2012	12.086	11.146	20.421	484	550	771	45.458	6.013	51.471	-
Aquisições	991	62	1.300	119	50	287	2.808	9.425	12.233	-
Transferências	-	50	3.339	3	-	-	3.392	(3.392)	-	-
Valor residual dos bens baixados	-	(18)	(238)	(11)	(5)	(138)	(410)	-	(410)	-
Depreciação	-	(897)	(4.372)	(172)	(105)	(296)	(5.842)	-	(5.842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13.078	10.343	20.450	423	489	624	45.406	12.046	57.452	-
Custo total	13.078	22.937	78.319	2.037	1.429	2.012	119.811	12.046	131.857	-
Depreciação acumulada	-	(12.594)	(57.869)	(1.614)	(940)	(1.388)	(74.405)	-	(74.405)	-
Valor residual	13.078	10.343	20.450	423	489	624	45.406	12.046	57.452	-

Do total da depreciação do exercício de R\$5.842 (2011 – R\$ 6.384), foi alocado para o custo dos produtos vendidos no valor de R\$ 4.714 (2011 – R\$ 5.186), às despesas operacionais no valor de R\$ 1.046 (2011 – R\$ 1.072), e o saldo remanescente de R\$ 82 (2011 – R\$ 126), foi registrado aos custos de produção porém ainda refletidos nos estoques.

14. Intangível

	Softwares (i)		Marcas e patentes		Total
	Softwares (i)	patentes	Marcas e patentes	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	3.224	53	3.277	-	3.277
Amortização	(399)	-	(399)	-	(399)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.825	53	2.878	-	2.878
Custo total	3.224	53	3.277	-	3.277
Amortização acumulada	(707)	-	(707)	-	(707)
Valor residual	2.517	53	2.570	-	2.570
Saldos em 1º de janeiro de 2012	3.224	53	3.277	-	3.277
Amortização	(592)	-	(592)	-	(592)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.631	53	2.685	-	2.685
Custo total	3.224	53	3.277	-	3.277
Amortização acumulada	(1.299)	-	(1.299)	-	(1.299)
Valor residual	1.925	53	1.978	-	1.978

Taxas anuais de amortização – %

(i) Os saldos registrados na rubrica de software correspondem, substancialmente, aos custos incorridos na implementação do sistema SAP, ocorrida durante o exercício de 2010 e iniciado utilização a partir de dezembro, no valor de R\$ 2.300.

15. Fornecedores

	2012	2011
Fornecedores de trigo		
Nacional	3.699	1.045
Importado	1.684	2.409
Fornecedores de materiais e serviços	5.331	4.445
	10.714	7.899

16. Salários e encargos sociais

	2012	2011
Férias e encargos	2.466	2.398
Salários e encargos (i)	1.569	993
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	531	292
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	220	186
Outros salários e encargos a pagar	9	-
	4.795	3.869

17. Impostos a recolher

Imposto	2012		2011	
	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo
ICMS a recolher	870	-	904	112
Outros impostos a recolher	62	-	50	-
	932	-	954	112

18. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração é composto por três membros da Direção Executiva. A remuneração paga ou a pagar por serviços durante o exercício de 2012 corresponde a R\$ 1.686 (2011 – R\$ 1.510).
19. Provisão para contingências – Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	2012		2011	
	Depósitos judiciais	contingências	Depósitos judiciais	contingências
Trabalhistas (i)	1.160	2.206	2.675	1.279
Demais	-	379	-	-
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	1.160	2.585	2.675	1.279
	1.160	2.585	1.396	-

(i) Trabalhistas e previdenciárias: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a contingências trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da provisão para contingências trabalhistas era de R\$ 2.206 (2011 – R\$ 1.279), montante esse considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram reclassificados e estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo conforme estabelecido pela norma contábil que trata das provisões, passivos, contingências passivas e ativas.

(a) A movimentação da provisão nos exercícios de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Outras	Total
Em 1º/01/2011 e em 31/12/2011	1.279	-	1.279
Adições	2.206	381	2.586
Reversões (i)	(1.279)	-	(1.279)
Em 31 de dezembro de 2012	2.206	381	2.586

(i) A reversões ocorridas durante o exercício de 2012 ocorreram, substancialmente em função das decisões judiciais finais desfavoráveis à Companhia, onde foi requerido o pagamento do correspondente montante questionado judicialmente, após acordo efetuado com a contraparte.
 (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

20. Patrimônio líquido – (a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no valor de R\$ 46.243, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. Em 27 de janeiro de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi procedida a cisão parcial da Companhia com a criação da empresa Caravelas Negócios Imobiliários S.A. resultando em uma redução do capital social no valor de R\$ 4.383. **(b) Reservas de lucros – (i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e

aumentar capital. **(ii) Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. **(c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em ata de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 11.224 (2011 – R\$ 11.000), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. **(d) Dividendos – (i) Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	61.668	57.788
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	1.233	-
Pagamentos efetuados aos acionistas	1.233	-
Dividendo mínimo obrigatório	11.224	11.000
Juros sobre capital próprio pagos	12.457	11.000

Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido do exercício

20% 19%

(ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 14 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado dividendos complementares ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 20.500. Em 27 de outubro de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado (i) pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 13.650 e (ii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 11.000. Em 3 de outubro de 2012, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada (i) a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a agosto de 2012 no valor de R\$ 7.889 e (ii) provisionamento de juros sobre capital próprio a pagar para o período de setembro a dezembro de 2012 no valor de R\$ 3.335, cujo valor foi pago em 31 de dezembro de 2012. Em 21 de março de 2013, a administração da Companhia, com base em estudos de investimento e necessidade de caixa para o exercício de 2013, propôs aos acionistas, "ad referendum" em Assembleia Geral Ordinária, pagamento de dividendos complementares no valor de R\$ 18.767, o qual se relaciona com o lucro líquido apurado no exercício de 2012. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é demonstrada conforme segue:

	2012	2011
Saldo inicial	3.273	10.000
Dividendos distribuídos	34.692	34.150
Juros sobre capital próprio distribuído	9.541	9.350
Dividendos pagos	(34.123)	(33.321)
Juros sobre capital próprio pago	(9.150)	(16.906)
Saldo final	4.233	3.273

21. Receitas de vendas

	2012	2011
Mercado interno – farinha e farelos	430.670	404.982
Impostos incidentes sobre vendas	(17.301)	(17.665)
Devoluções, descontos e bonificações	(7.739)	(8.660)
	405.630	378.657

22. Despesas por natureza

	2012	2011
Consumo de matéria prima e materiais	(244.032)	(226.556)
Desp. com sal. e benefícios a empregados (Nota 23)	(33.107)	(26.464)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(25.401)	(25.331)
Serviços de terceiros	(9.735)	(11.325)
Depreciação e amortização	(6.726)	(7.074)
Gastos com instalações	(2.558)	(2.470)
Combustíveis e energia	(1.170)	(1.216)
Outras despesas	(5.257)	(5.242)
Custo total das vendas, despesas com vendas e gerais e administrativas	(327.986)	(305.678)

23. Despesas com salários e benefícios a empregados

	2012	2011
Salários	(24.660)	(19.252)
Encargos sociais	(6.049)	(5.547)
Outros benefícios a empregados	(2.398)	(1.665)
	(33.107)	(26.464)

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2012	2011
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	41	107
Outras receitas operacionais (i)	1.831	3.116
	1.872	3.223

(i) Referem-se substancialmente as receitas com arrendamento dos galpões localizados em propriedade para investimento.

	2012	2011
25. Receitas e despesas financeira		
Juros sobre financiamentos bancários	(18)	(202)
Outras despesas financeiras	(158)	(211)
Despesas financeiras	(176)	(413)
Rendimento de aplicações financeiras (Nota 7)	6.350	6.858
Juros de mora recebidos	325	489
Descontos obtidos	27	99
Receitas financeiras	6.702	7.446

26. Despesa do imposto de renda e da contribuição social – Os valores de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

	2012	2011
Lucro antes da contribuição social e do IRPJ	86.592	81.909
Juros sobre capital próprio	(11.224)	(11.000)
	75.368	70.909
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
	(25.626)	(24.109)

Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício

Diferenças permanentes	(454)	-
Outros	136	(12)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	25.944	(24.121)
Corrente	(25.944)	(24.121)
Diferido	1.020	-
Efeito líquido na demonstração do result. do exercício	(24.924)	(24.121)

27. Lucro por ação – básico e diluído – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	61.668	57.788

Qde. média ponderada de ações emitidas (em milhares)

	50.626	50.626
--	--------	--------

Lucro básico e diluído por ação – R\$

	1,22	1,14
--	------	------

28. Compromissos com arrendamento mercantil – contratos de locação – Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém contratos de locação de imóveis para suas operações comerciais. Os contratos de locação dos imóveis estabelecem uma despesa de aluguel mensal, e os valores dos contratos são reajustados anualmente com base em índices de inflação (Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas de arrendamento de imóveis totalizam R\$ 529 (2011 – R\$ 432). Nos termos do CPC 6, a Companhia analisou os referidos contratos de arrendamento de equipamentos e imóveis e concluiu que se enquadram na definição de arrendamento mercantil operacional.

29. Seguros contratados – A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de alinhar, delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas
Ramos	2012 2011
Bens do imobilizado	214.288 193.180

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

Luiz Martins – Presidente
 Maria dos Anjos Martins Dias – Vice-Presidente
 Maria Lúcia Martins Calheiros Ferreira – Conselheira

Membros Suplentes:

Angela Martins Guido Rios – Suplente
 Maria Paula Martins Dias França Pinto – Suplente
 Luis Alexandre Martins Calheiros Ferreira – Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

José Honório Gonçalves de Tófoli – Diretor Presidente
 Alvarino dos Santos Gouveia – Diretor Comercial e de Marketing
 José Valentin Mininel – Diretor Finanças e Controles
 Valnei Vargas Origuela – Diretor Técnico Industrial

CONTADOR

Eduardo Ferreira Santos
 CRC – 1SP 241.906/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS